

Ditadura, mídia e universidade. A repressão da ditadura civil-militar brasileira para a Universidade Federal de Santa Catarina (ufsc) nas páginas do jornal *O Estado* entre 1964-1979

Gabriel Roberto Dauer

Universidade Federal de Santa Catarina

Introdução

A passagem da ditadura civil-militar para o período democrático deixou resquícios deletérios na estrutura social e institucional brasileira, pois não houve um processo completo de transição. A despeito da luta contra a opressão militar, observou-se no Brasil, após a queda do regime autoritário, uma democracia passiva e moldável por aqueles que violaram direitos e oprimiram a sociedade. Carregam-se até os dias de hoje consequências institucionais, ideológicas, culturais, políticas e econômicas que formam um manto repressor na sociedade brasileira.

Até o momento, foram esparsas ou inexistentes as iniciativas de investigação dos atos dos repressores ou de sua punição, duas premissas constantemente afastadas pelos regimes autoritários. O que diferencia o Estado de direito e o de exceção é tal política de reconhecimento, para que se esclareçam as ações tomadas em períodos históricos opressores (Weichert, 2013, p. 1). O Estado brasileiro tem negligenciado a formulação de políticas públicas que viabilizem de modo efetivo a transição para a democracia. Isso significa não tratar, com a devida relevância, os direitos humanos.

O governo brasileiro, durante muito tempo, trabalhou para consolidar a “política do esquecimento”, evitando o passado e lutando contra sua recon-

ciliação. Os efeitos dessa política encontram-se vívidos dentro da sociedade nacional. Contrariamente a essa lógica, o resgate da memória sobre os anos 1964-85 significa a disposição para a construção cultural dos direitos humanos no Brasil. Tem o propósito de tornar explícitos os acontecimentos e evitar o esquecimento das ações do passado. Ademais, ela serve de instrumento para conciliação, compreensão e formação das identidades nacionais e principalmente para evitar que as atrocidades cometidas repitam-se.

Tornar acessível o passado da ditadura militar significa possibilitar que as novas gerações tenham contato e participação ativa na justiça de transição. É nessa etapa que projetos de resgate da memória dos acontecimentos políticos entram em cena, catalisando o aprendizado coletivo. O objetivo da justiça de transição não se limita à reparação de violações do Estado contra os direitos fundamentais, mas inclui também a reflexão sobre as atrocidades cometidas. Tem, pois, o propósito de proporcionar à sociedade conhecimento e compreensão do período através do debate e da educação.

Neste cenário, encontram-se as universidades. Inseridas também como locais de resistência e repressão, as universidades brasileiras – principalmente as federais, dada sua magnitude e alcance nacional – formaram parte do plano estratégico do governo militar para controlar e modificar a estrutura do ensino superior, atingindo assim não apenas a educação, mas a vida privada de professores e alunos que tiveram suas vidas influenciadas pelo período repressor.

Este artigo tem como objetivo demonstrar aspectos marcantes da ditadura civil-militar perante as universidades brasileiras ao concentrar sua pesquisa sobre o caso da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) situada em Florianópolis, Santa Catarina. Parte-se de uma análise teórico-histórica sobre as medidas de justiça de transição do Estado brasileiro para compreender a abordagem que se busca para com a presente pesquisa. Metodologicamente, utilizou-se de pesquisas em fontes primárias realizadas como pesquisador-bolsista na Comissão da Verdade e Memória (CMV) da UFSC. As indagações que guiam a pesquisa são: Quais foram as ações tomadas pelo governo ditatorial perante às universidades federais? Como o projeto político ditatorial influenciou a educação superior? Quais atores governamentais, militares e civis, estavam à frente do projeto de reforma universitária? Como reagiram professores e estudantes perante as violências estatais?

A primeira parte revisa de maneira breve os conceitos de justiça de transição para entender o escopo da pesquisa. A segunda parte explana brevemente a origem do jornal *O Estado* e a forma de pesquisa realizada pelo autor para o presente trabalho. A terceira parte demonstra as principais situações de resistência e repressão orquestradas na UFSC. Por último, faz-se uma breve conclusão sobre os resultados e o impacto do governo militar nas universidades brasileiras.

Justiça de transição: conceitos básicos de análise

Justiça de transição é um conceito relativamente novo nas ciências sociais, ganhando relevância a partir dos anos 1980. As transições de um regime autoritário ocorrem quando esse é dissolvido e é substituído por um democrático. Não se trata de um processo imediato e rígido em suas bases teóricas ou práticas, mas sim incerto e indefinido em sua essência dado as diversas variáveis no campo da política doméstica.

Sendo a justiça uma forma de atender às demandas sociais, entende-se por justiça de transição uma maneira justa de concretizar os direitos violados em determinado período histórico. Difere da lógica moderna de produção jurídica porquanto nasce de baixo para cima, ou seja, de manifestações sociais, e apenas num segundo estágio é legitimado por órgãos estatais (Quinalha, 2013, p. 46). Logo, a raiz da justiça de transição encontra-se no próprio ambiente histórico, já que ele é permeado por diversas mudanças políticas que delimitam o destino (incerto, como já dito) da transição. Definidas a “justiça” e a “transição”, os principais eixos da justiça de transição podem ser divididos em cinco:

[...](a) o esclarecimento da verdade, com abertura de arquivos e investigações;(b)realização da justiça com a responsabilização dos violadores de direitos humanos;(c) reparação de danos morais e materiais das vítimas, individuais e coletivos;(d)reforma institucional dos serviços de segurança, para adequá-los à pauta constitucional de respeito aos direitos fundamentais; e (e) a promoção da memória, para que as gerações futuras possam conhecer e compreender a gravidade dos fatos (Weichert, 2013, p. 4).

Constitui-se assim também como uma política pública em direitos humanos que visa resgatar, preservar e divulgar a memória política brasileira, em

especial do período relativo à repressão ditatorial, estimulando e difundindo o debate junto à sociedade em torno dos temas da anistia política, da democracia e da justiça de transição (CARLET et al., 2010, p. 4-5).

***O Estado* como veículo das ações repressivas do estado brasileiro perante a universidade (1964-1979)**

O jornal *O Estado*, de acordo com o Catálogo de jornais catarinense 1831-2013 da Biblioteca Pública de Santa Catarina, foi o jornal de maior circulação em Santa Catarina, publicado diariamente em Florianópolis entre 1915 e 2009, tendo publicado 29.258 exemplares em 94 anos de funcionamento (MACHADO; MARCELINO, 2014, p. 109-113). A cobertura feita na imprensa na época pelos três principais jornais tinha, de um lado, o jornal *O Estado*, de propriedade Sidnei Noceti, ligado ao grupo político da família Ramos, que, naquele momento, detinha o Governo do Estado. Durante a época, constava como um dos jornais de maior circulação na cidade de Florianópolis.

O período de nossa pesquisa do jornal encontra-se entre 1964-1979. A pesquisa realizada na BPSC foi realizada durante todo o ano de 2015. Sobre os cuidados com a pesquisa, utilizou-se de luvas para não danificar o material, sendo que apenas os funcionários da BPSC podiam entrar no acervo dos jornais para pegá-los conforme os bolsistas solicitavam. O método utilizado para encontrar notícias relacionadas à universidade era a verificação do título das notícias através de palavras-chave como “USC (Universidade de Santa Catarina)”, “UFSC”, “Reforma”, “Movimento Estudantil”, “Centro Acadêmico”, etc.

UFSC e resistência: do local ao nacional

Em que pese a política estatal do período, não havia ocorrido uma reforma para modernizar as universidades. Havia uma grande pressão por reformas e mudanças não apenas nas estruturas físicas das instituições, como também nos conteúdos programáticos, tendo em vista o combate às ideologias comunistas e esquerdistas do período (Motta, 2015, p. 39).

O impacto das reformas possui uma dupla faceta: destrutiva e construtiva. Destrutiva pois realizaram reformas pautadas na repressão sistemática de professores e alunos. Tal repressão não se deu apenas de maneira física mas também ideológica, tendo em vista os princípios conservadores da so-

cidade brasileira, pautados na família, religião e verticalização das relações sociais (Motta, 2015, p. 40).

Conforme relatado acima, diversos são os temas abordados pela pesquisa no jornal *O Estado*. Entretanto, procurou-se focar em fatos centrais que servem como um marco na história da UFSC e podem revelar repressões singulares aos docentes, discentes e demais envolvidos para com a Universidade. Dentre esses estão a Greve Estudantil de 1968, os estudantes presos no congresso da UNE e a Reforma Universitária. Não menos importante, a Novembrada (1979) é um marco na história de Florianópolis como um todo. Foi um momento no qual o ex-ditador Figueiredo visita Florianópolis e é vaiado por uma multidão de manifestantes, dentre eles, estudantes da UFSC, também relatada abaixo.

A greve estudantil de 1968

O ano de 1968 foi muito conturbado no contexto sócio-político e econômico da ditadura militar, mesmo anteriormente ao estabelecimento do AI-5, em 13 de dezembro. Os estudantes nesse período foram os principais atores contra a repressão exercida pelo governo militares, e também foram os principais alvos do regime. Perante o Decreto Número 477, era permitida a expulsão de professores e estudantes que estivessem envolvidos em atividades contrárias aos pressupostos e objetivos do regime militar, contra o seu projeto de “nação” (Motta, 2015, p. 42).

No caso da UFSC, logo no começo do ano letivo de 1968, os estudantes, reunidos em Assembleia Geral na sede do DCE, decidiram deflagrar greve geral, sinalizando protesto contra a morte de Edison Luis, no Rio de Janeiro, posicionando-se contra as perseguições estudantis.¹ A princípio, a paralização teria três dias, e contaria com uma passeata no centro da cidade. A Assembleia também definiu que existiriam comissões para garantir o movimento: a de justiça, a de Orientação e a de Imprensa. O presidente do DCE, Helio Bittencourt Filho, havia sido preso na noite anterior pelo DOPS, e, durante sua prisão, teve as autoridades do DOPS garantindo-lhe que nenhum movimento estudantil pacífico seria reprimido pela polícia. O motivo da prisão de Hélio não é definido pelo jornal *O Estado*.

¹ Estudantes decretam greve geral na UFSC. *O Estado*, Florianópolis, p. 1, 31 mar. 1968.

Em dois de abril de 1968, o deputado Eugênio Doin Vieira, do MDB, posiciona-se a favor da movimentação estudantil, garantindo a todos os estudantes da UFSC uma imunidade parlamentar.² Em três de abril, os estudantes universitários e secundaristas se juntaram na praça XV e queimaram uma bandeira dos Estados Unidos, enquanto entoava o hino nacional.³ A Secretária da Segurança Pública declarou que as inquietações estudantis eram fruto de medo de uma nova guerra mundial, e o general Vieira da Rosa, responsável pelo SSP, tinha convicção que os estudantes agiriam com senso. Ao contrário de Rosa, o deputado arenista Gentil Bellani, criticava a preocupação estudantil.

Em 19 de maio de 1968, *O Estado* notícia uma nova mobilização estudantil, agora relacionada aos contratos da Casa de Estudantes e a política de retenção de verbas do MEC.⁴ A Secretaria de Segurança pública autorizou a passeata, apesar de o reitor Ferreira Lima ter ameaçado chamar a polícia se os estudantes chegassem perto de sua residência. Os policiais do DOPS permaneceram de sobreaviso. No dia 21 de maio, o jornal divulga que uma nota na qual o DCE declara que a última passeata não alcançou seus objetivos, já que os estudantes sentiram-se ameaçados pelo contingente militar mobilizado pelo reitor.⁵

A reportagem declara ainda que o deputado do MDB, GenirDestri poderá questionar as ocorrências na UFSC com uma CPI. No dia seguinte, os estudantes compareceram à audiência concedida pelo Reitor Ferreira Lima para debater os termos do contrato entre os locadores das Casas dos Estudantes e a UFSC.⁶ Os estudantes mostravam-se preocupados por causa da dos dois pelotões do choque estavam às ordens do reitor, que acabou por recusá-los, fomentando o diálogo com os estudantes. Eles propuseram a manutenção do preço antigo para um contrato que seria rescindido, mas o reitor alegou que o valor antigo de NCr \$10,00 não deveria nem entrar em cogitação. Ferreira Lima também negou a rescisão do contrato.

² Estudantes realizam hoje passeata. *O Estado*, Florianópolis, p. 4, 2 abr. 1973.

³ Passeata é pacífica sob a chuva. *O Estado*, Florianópolis, p. 1, 3 abr. 1968.

⁴ Estudantes protestam contra a Reitoria. *O Estado*, Florianópolis, p. 1, 19 mai. 1968.

⁵ Reitoria ouve hoje protesto. *O Estado*, Florianópolis, p. 4, 21 mai. 1968.

⁶ Conselho Universitário decide crise estudantil. *O Estado*, Florianópolis, p. 4, 22 de mai. 1968.

No dia 29 de maio, decidiu-se, por Assembleia Geral, decretar uma greve geral por tempo indeterminado, organizando duas passeatas de protesto contra a já citada política de retenção de verbas do MEC e contra as medidas acerca do alojamento estudantil.⁷

Após o reitor Ferreira Lima encontrar-se com Costa e Silva para debater a questão da liberação de verbas, em 30 de maio, os estudantes foram à rua em protesto novamente.^{8,9} Os alunos protestaram durante solenidade de inauguração do Instituto de Antropologia, na Trindade, onde estavam presentes o governador, secretários do estado e autoridades militares. Nesse mesmo dia, o jornal noticia a criação de uma Assembleia legislativa aprovou constituição de CPI, organizada por Zany Gonzaga, Evilasio Caon e Celso Costa, com objetivo de verificar a crise universitária gerada pela falta de liberação de verbas do MEC.

No dia 31, os estudantes iniciam uma passeata na UFSC até a Catedral Metropolitana de Florianópolis, onde se inicia um comício. Durante o comício, Estudantes de medicina, em ato simbólico, carregaram caixão com os dizeres: Reitor, MEC e USAID.¹⁰ Entre palavras de ordem e cartazes, os estudantes figuravam os dizeres: “Menos armas para calar, mais verbas para educar”, “UNE contra fundações, entreguismo, corrupção”. Os universitários declararam que a repressão os preocupava, pois, embora não tivesse havido prisões, agentes do DOPS e do SNI acompanharam a manifestação de perto, mesmo que, supostamente, se ativessem “mais na observação de atividades isoladas dos universitários mais exaltados”. Nesse mesmo sentido, estudantes teriam comentado para que não houvesse muitas fotos, tendo em conta a “segurança do governo, treinada para espionar e torturar”.

No mês de junho, no dia dois, o reitor Ferreira Lima respondeu as reivindicações estudantis, declarando, em nota oficial, que o presidente Costa e Silva já teria liberado as verbas do MEC.¹¹ O DCE responde que a greve

⁷ Greve é geral na Universidade. *O Estado*, Florianópolis, p. 1, 29 mai. 1968.

⁸ Costa convoca reitor para debater crise. *O Estado*, Florianópolis, p. 1, 30 mai. 1968.

⁹ Estudantes fazem hoje passeata de protesto. *O Estado*, Florianópolis, p. 4, 30 mai. 1968.

¹⁰ Estudantes protestam e greve continua. *O Estado*, Florianópolis, p. 1, 31 mai. 1968.

¹¹ Greve na UFSC só acaba com a vinda das verbas. *O Estado*, Florianópolis, p. 1, 2 jun. 1968.

continuará até todas as reivindicações serem atendidas e até que o dinheiro fosse de fato liberado. Dois dias depois, no dia 4 de junho, o movimento estudantil reafirma sua posição, declarando que greve só se encerraria com a última de suas reivindicações atendidas.¹² Os estudantes aguardam o retorno de Ferreira Lima, que estava em Guanabara, para inteirar-se das propostas de solução da crise.

Os mesmos estudantes voltariam a questionar questões sobre a denúncia do contrato “Daux-Reitoria” acerca das irregularidades na moradia estudantil. Após isso, é noticiado que o gabinete do ministro da ARENA, Delfim Netto, acusou os estudantes de aumentarem a dimensão real do problema. Por outro lado, o senador Atílio Fontana emite nota dizendo que a educação precisa sim passar por profundas reformas, apoiando os estudantes em sua mobilização. No dia 7 de junho, com o retorno do reitor Ferreira Lima, uma Assembleia Geral foi marcada, para decidir, após reunião com o reitor, se a greve continuaria após.¹³ Muitos dos estudantes argumentavam que as soluções propostas pelo reitor eram incompletas e que o movimento grevista deveria continuar.

Assim, no dia 9 de junho, o Jornal noticia que, no dia 7 de junho de 1968, após Assembleia Geral do DCE, os estudantes haviam acordado sobre o fim da greve geral, já que tiveram “grande parte de suas reivindicações atendidas”.¹⁴ Decidiram, dessa maneira, partir para a vigília permanente de comissões estudantis em busca da solução aos demais problemas. As questões das Casas do Estudante voltam a aparecer como exigência do movimento estudantil, que exige, novamente, a rescisão do contrato. Mata Machado, deputado federal do MDB, chegaria no dia seguinte à UFSC para instaurar CPI do caso na reitoria. Assim, no dia 23 de junho, uma comissão parlamentar chega à Florianópolis para analisar a crise estudantil e o processo que o DCE moveu contra a reitoria na questão dos alojamentos e o contrato com

¹² Greve na UFSC só para com exigências atendidas. *O Estado*, Florianópolis, p. 4, 4 jun. 1968.

¹³ Estudantes decidem hoje se mantém greve. *O Estado*, Florianópolis, p. 4, 7 jun. 1968.

¹⁴ Greve na Universidade termina, mas reivindicações ficam de pé. *O Estado*, Florianópolis, p. 4, 9 jun. 1968.

a empresa Daux.¹⁵ O deputado Zany Gonzaga fica ao lado do movimento estudantil, mas ressalta que os protestos devem ser pacíficos. Celso Costa e EvilásioCaon estão também envolvidos na questão. A comissão declara que julgará a procedência das denúncias de precariedade, que a reitoria justifica serem devido ao fluxo inesperado de novos estudantes. O deputado declara que a Assembleia Legislativa pedirá reforma universitária.

Já no mês de agosto o jornal *O Estado* relata que as manifestações da greve tinham se “acalmado”. Em 19 de maio estava marcado o trote dos calouros da UFSC, no qual também se realizou uma passeata criticando a política de retenção de verbas do Ministério da Educação e contra os contratos realizados pelo Reitor Ferreira Lima e a firma “Daux” (dona da casa dos estudantes). Os estudantes foram até a casa do reitor mas foram impedidos de entrar pela polícia. No dia 22 de maio, o diretório acadêmico do curso de Medicina relata as condições precárias de trabalho do curso. Numa reunião, foi decretada greve da UFSC que durou 12 dias (período de liberação das verbas do governo federal). Os estudantes (liderados pelo presidente do DCE, Heitor Bittencourt Filho) buscavam forças entre as faculdades e até mesmo com a UDESC para buscar o renascimento da UCE (União Catarinense de Estudantes).

O Congresso Nacional da UNE

Ainda no contexto das agitações de 1968, é pertinente tratar dos acontecimentos relativos ao congresso da UNE de 1968. O Estado emite nota já em 14 de julho de 1968¹⁶. Nesse dia, é dito que os estudantes universitários de Santa Catarina, reunidos pelos diretórios acadêmicos e DCE, estavam se encontrando todos os dias na sede do DCE para tratar das atividades que seriam realizadas no Congresso da UNE que aconteceria em Belo Horizonte. Outra notícia do Congresso é no dia 15 de agosto de 1968¹⁷, onde é declarado que os estudantes da UFSC pensam em absterem-se da participação no Congresso,

¹⁵ Deputados voltam a analisar (sic) a crise na UFSC. *O Estado*, Florianópolis, p. 4, 23 jun. 1968.

¹⁶ Estudantes preparam-se para congresso da UNE. *O Estado*, Florianópolis, p. 1, 14 jul. 1968.

¹⁷ Estudantes catarinenses ameaçam não ir a UNE. *O Estado*, Florianópolis, p. 1, 15 ago. 1968.

justificando sua ausência com base no “movimento divisionista” que estava ocorrendo no cenário estudantil nacional. Nesse mesmo dia, o DCE havia realizado as eleições para a nova diretoria bienal (1968 e 1969) do diretório, e os cargos se configuraram da seguinte maneira: Presidente Roberto Motta, Vice de Administração Vladimir Amarante, Vice de Imprensa Paulo Alves, Vice de Finanças EtnyLorrenzi, Vice de Cultura Munir Chamone, Vice de Assistência Derley de Luca, Vice de Assistência Social Nelzy Menelli, Vice de Esportes Jarbas Benedet, Representante do Conselho Universitário Norberto Ferreira e Suplente Taylor Baltazar.

Em 19 de setembro,¹⁸ o DCE finalmente confirmou a participação de sua delegação no Congresso da UNE. Ao dia 26 do mesmo mês,¹⁹ *O Estado* divulga uma nota do presidente da UNE, Luís Travassos, que anuncia as datas do Congresso Nacional da UNE, além de ter sido definido o local de encontro, São Paulo. O objetivo desse congresso seria “enfrentar de uma forma mais concreta a política educacional do governo”, tratando-se principalmente da repressão estudantil. Segundo a nota, o encontro aconteceria nos dias 18, 19 e 20 de outubro. Apesar de a notícia anterior da notícia anterior, no dia 13 de outubro já é noticiada²⁰ a prisão de mais de mil estudantes em Ibiúna. Assim, percebe-se que os estudantes sabiam que o XXX Congresso Nacional da UNE não seria deixado de lado pelo governo ditatorial.

Em 17 de outubro,²¹ *O Estado* noticia um protesto ocorrido em Florianópolis em virtude da prisão dos estudantes e delegados da UFSC no Congresso Nacional da UNE. Essa manifestação, porém, só pode ocorrer a partir da autorização do Secretário da Segurança Pública. Além de defenderem os colegas presos em Ibiúna, os estudantes denunciaram a ditadura e clamaram por liberdade. A notícia ainda reporta que em São Paulo, o delegado da DOPS de Santa Catarina estava fazendo a triagem dos estudantes catarinenses presos no Congresso da UNE, e pretendia trazer de volta os estudantes.

¹⁸ Universitários vão ao congresso da UNE. *O Estado*, Florianópolis, p. 2, 19 set. 1968.

¹⁹ Ex-UNE marca o Congresso Nacional para 18, 19 e 20 de outubro em SP. *O Estado*, Florianópolis, p. 3, 26 set. 1968.

²⁰ Mil estudantes são presos em reunião da UNE. *O Estado*, Florianópolis, p. 1, 13 out. 1968.

²¹ Passeata foi em ordem sem repressão. *O Estado*, Florianópolis, p. 1, 17 out. 1968.

O processo do DOPS de São Paulo revela que 723 estudantes foram fichados após o fechamento do Congresso da UNE. Dentre eles, 15 eram catarinenses. As fichas das delegações presas foram enviadas pelo DOPS-SP para todos os estados, para que, assim, os órgãos de repressão pudessem controlar as movimentações desses estudantes.²² A listagem do DOPS contém o nome dos seguintes estudantes da UFSC: Sebastião Hulse, estudante da Escola de Engenharia Industrial, Celso Pereira de Sousa, funcionário público e estudante da Faculdade de Filosofia, Derlei Catarina de Luca, estudante da Faculdade de Filosofia, Andrino de Oliveira, estudante de Ciências Econômicas, Lorenzi Filho, não é informado seu curso, Gerônimo Vanderlei Machado, estudante da Faculdade de Direito, Paulo Alves, Edison Andrino, Valdir Izidoro Silveira, Inácio Mafra, Markian Getúlio Kalinoski, e Wladimir Salomão Amarante.

A Reforma Universitária

No ano de 1968, o Congresso Nacional aprovou, pela Lei nº 5.540, a Reforma Universitária, que tinha o objetivo de inovar a educação superior brasileira. Essa decisão proveio do acordo MEC/USAID, no final da década de 1960, inspirada na estrutura universitária utilizada nos Estados Unidos. Esse novo modelo acabou por tornar a Universidade em uma estrutura seletiva. Com a procura cada vez maior de vagas dentro do ensino superior, foi fomentada a criação do ciclo básico no primeiro ano de graduação como uma maneira de abrigar todos os “excedentes”. Para que isso pudesse ocorrer, houve modificações na estrutura dos vestibulares, que, ao objetivarem a incorporação de um maior número de alunos, tornaram-se classificatórios (Martins, 2009).

Dentro da UFSC, a reforma chegou junto com o novo cargo de Ferreira Lima, agora presidente do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB). Para implementar a Reforma, o reitor agiu por meio do vestibular. Até então, cada uma das Faculdades aplicava uma prova de vestibular própria. Com a Reforma, além da reestruturação do exame vestibular, toda a estrutura da UFSC foi modificada. As faculdades, agora, estariam dispostas em centros: Biomédico, Tecnológico, Sócio-Econômico, de Educação, de Desportos e Agropecuário. A mudança mais importante foi a criação do

²² Lambranh, 2014.

Centro de Estudos Básicos (CEB), e dentro dele, haveriam 15 departamentos: iologia, Matemática, Física, Química, Geografia, Psicologia, Sociologia, História, Filosofia, Teologia, Língua e Literatura Estrangeiras, Língua e Literatura Vernáculas, Biblioteconomia e Documentação, Artes e Audiovisuais (Rodrigues, 2010).

A Reforma Universitária da UFSC inicia-se durante a gestão do Reitor João David Ferreira Lima, em meados de 1966-1968, como supracitado. Num primeiro momento, percebe-se através das notícias jornalísticas uma denúncia do próprio reitor sobre a estrutura dita como “medieval” da UFSC.

No dia 1º de janeiro de 1967, o jornal *O Estado* publica uma matéria sobre a Reforma Universitária através de uma reunião que se deu com o Ferreira Lima. Nessa, foram discutidos diversos assuntos, como a compra de material e a construção de espaços físicos (Engenharias, Hospital das Clínicas), estabelecimento de novos cursos (Enfermagem e Jornalismo) e uma crítica ferrenha à proposta interiorização da UFSC.

A Reforma Universitária da UFSC era um exemplo nacional e internacional. Diversas universidades do país enviavam representantes para observar a maneira pela qual a reforma desenvolvia-se ou elogiavam a reforma, como a visita do Professor José Faria de Góes, Direito da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); reitores alemães; jornalistas; técnicos estadunidenses e do próprio Governo Federal.

Nesse sentido, o sentimento de competição dentro da Universidade cresceu com a Reforma, já que muitos alunos, após concluírem o ciclo básico no CEB, permaneciam à espera de vagas no curso desejado, o que nem sempre era possível por diversos motivos. Esses estudantes formaram um grande grupo de “excedentes internos”, o que gerou muitos problemas para a UFSC durante a década de 70 (Bistrot, 2010).

A primeira notícia do jornal *O Estado* acerca da Reforma Universitária se dá em 1968.²³ O jornal noticia que Costa e Silva sancionou uma lei que autoriza o empréstimo de 10 milhões de dólares para a conclusão da Cidade Universitária do Fundão, no Rio de Janeiro, e, depois disso, a nota informa que, dentro de um prazo de três anos, o vestibular será único para o ingresso no ensino superior. Isso surge a partir da lei que fixou as normas de organi-

²³ Universidade tem nova ajuda externa. *O Estado*, Florianópolis, p. 5, 6 dez. 1968.

zação e funcionamento do ensino superior, outra lei da reforma universitária. No início da década de 70, no dia 5 de maio do ano de 1970, O Estado noticia que um técnico estadunidense visitará a UFSC para observar a Reforma Universitária.²⁴ Joseph Nordstron inspecionará o registro acadêmico, o centro tecnológico e outras instituições, com fim de adequar a UFSC nos moldes da universidade indústria. Aqui, fica explícito quais eram os objetivos da Reforma Universitária: “A educação superior deveria ter objetivos práticos e adaptar seus conteúdos às metas do desenvolvimento nacional” (Martins, 2009).

Em 23 de outubro,²⁵ o reitor Ferreira Lima reassume suas funções na Universidade, já que estava afastado por problemas de saúde. O reitor aprova a abertura de 1500 novas vagas para estudantes em 1971. No dia 25,²⁶ o Conselho Universitário, seguindo os planos da Reforma Universitária, aprova a criação dos novos departamentos da UFSC e redefine a função de departamentos já existentes, adequando-os aos modelos industriais já denotados na solenidade com a Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina e com o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral.

No início de 1971, em três de março,²⁷ *O Estado* noticia que uma Comissão estava estudando a implementação do vestibular unificado na por área de conhecimento em cada “distrito geo-educacional” a partir de 1972. Para a implementação desse novo vestibular, é criada a portaria CONVESU, que estudaria a viabilidade da realização da prova já em 1972. A CONVESU foi criada pelo professor Newton Sucupira, encarregado do Departamento de Assuntos Universitários. Os professores integrantes da Comissão Nacional do Vestibular Unificado são Carlos Alberto de Oliveira, Valnir Chagas, Padre José Vasconcelos, Francisco Bruno Lobo, Manoel Luiz Leão e Adolfo Ribeiro Neto. Em 25 de março de 1971,²⁸ o jornal divulga que o Ministério da Educação estuda as novas normas de aplicação do vestibular unificado após o

²⁴ Técnico norte-americano vê na UFSC como se faz reforma universitária. *O Estado*, Florianópolis, p. 9, 5 mai. 1970.

²⁵ Ferreira Lima reassumiu suas funções. *O Estado*, Florianópolis, p. 3, 23 out. 1970.

²⁶ Conselho universitário aprova regimento geral. *O Estado*, Florianópolis, p. 3, 25 out.

²⁷ Comissão estuda o vestibular unificado a partir de 1972. *O Estado*, Florianópolis, p. 3, 3 mar. 1971.

²⁸ Vestibular de 72 vai ser alterado. *O Estado*, Florianópolis, p. 3, 25 mar. 1971.

decreto do presidente Médici, que visa acabar com a questão dos excedentes nas universidades federais. O governo anuncia também a mudança de 5% para 10% o montante dos recursos destinados aos estabelecimentos particulares. Assim, na mesma edição do jornal²⁹, é divulgado que a UFSC definiu o novo número de vagas para 1972, dadas a partir das novas decisões acerca da Reforma Universitária. O primeiro vestibular unificado foi no dia 9 de janeiro de 1972.³⁰

No ano de 1974, as questões acerca dos “excedentes internos” preocupa a UFSC cada vez mais. Em 27 de julho,³¹ os excedentes internos da área de Ciências Físicas, que ingressaram pelo vestibular único de 1970, 1971, 1972, necessitavam de 15 vagas para abranger todos seus alunos, percebendo isso somente no dia de suas rematrículas. A Sub-Reitoria de Ensino e Pesquisa e o Reitor da UFSC, após reivindicações, decidiram conceder as quinze vagas. Nesse mesmo sentido, na mesma edição do jornal, o professor Adriano Cerimbelli define os “alunos problemas” como aqueles que obtiveram índices de aproveitamento menores desde que entraram na Universidade.³² As disciplinas eram preenchidas de acordo com o índice de aproveitamento, logo, alguns estudantes ficavam sem vagas.

A Novembro de 1979

A cidade de Florianópolis recebeu o ex-ditador João Figueiredo no dia 30 de Novembro de 1979. Havia grandes expectativas do governo local para que Figueiredo apoiasse o desenvolvimento do projeto Sidersul (complemento energético carbonífero em Santa Catarina).

Embora as expectativas locais eram altas, nem tudo era visto com bons olhos. As manifestações no dia de sua chegada foram grandes e concentraram-se no centro da capital, marcando o que se conhece por “Novembrada”:

²⁹ UFSC fixa número de vagas para 72 em seus cursos. *O Estado*, Florianópolis, p. 3, 25 mar. 1971.

³⁰ Vestibular único será a 9 de janeiro. *O Estado*, Florianópolis, p. 3, 16 set. 1971.

³¹ “Excedentes” internos preocupam universidade. *O Estado*, Florianópolis, p. 12, 27 jul. 1974.

³² UFSC diz que alunos-problema criam muitos embaraços: as matrículas – 40 mil opções – só tiveram como entrave os “excedentes”. *O Estado*, Florianópolis, p. 12, 27 jul. 1974.

onde estudantes e trabalhadores criticavam o governo em repúdio ao regime ditatorial vigente. As críticas foram tão incisivas que o presidente alterou-se quando as ofensas tornaram-se pessoais, indo de encontro à população num ato feroz, expressado na capa do jornal do dia seguinte.

Nesse momento de embate entre civis e policiais, a Praça XV é colocada pelo jornal como “Campo de Batalha”, onde a placa de Floriano Peixoto é arrancada, como repúdio aos mais de 200 fuzilados em Anhatomirim durante o regime de Floriano Peixoto.

Além do uso de força física dos policiais contra os manifestantes, antes do general entrar no Palácio, parou em frente ao prédio para receber as congratuações e observar um trabalho de artesanato. Se dirigiu a calçada em frente, onde pegou uma criança no colo e recebeu cumprimentos. Logo após a chegada da comitiva, ao redor de 100 estudantes da UFSC alçaram faixas de protesto e gritavam por direitos como “Abaixo a Fome”; “Chega de Sofrer”; “O povo quer comer”.

Conclusão

A presente pesquisa fez um intento de ilustrar a atuação da Ditadura civil-militar brasileira através de suas políticas públicas perante às universidades ao nível educacional. Enquanto projeto político que buscava reordenar a sociedade aos moldes conservadores embasados na cristandade e na família, a educação certamente faria parte do plano governamental da época.

Nesse contexto encontra-se a Universidade Federal de Santa Catarina. Uma das maiores universidades federais da época, como lócus de produção acadêmica e tecnológica, foi palco das ações do governo militar, todavia, não se pode olvidar o papel de civis ao auxiliarem na instauração dos planos nacionais de educação para o ensino superior.

A ditadura não atuava apenas como ente externo na UFSC, mas também internamente já que fazia parte do controle e manutenção da universidade. Com isso, frisa-se a participação de atores civis que, ao colaborarem e pactuarem com o projeto político do período repressor, facilitavam a vigília, o controle, a repressão e a implementação da ordem e disciplina governamental. Assim, apresenta-se a reforma universitária. Ela teve um objetivo e consequência dual: dentro de um projeto político de um governo repressor, tentou acalmar os ânimos estudantis através das melhorias estruturais e de

financiamento à pesquisa, ao mesmo tempo que procurou enfraquecer o movimento estudantil para deslegitimar suas ações contra o governo.

Muitas ações eram tomadas pelos reitores com alto grau de passividade. Todavia, o movimento estudantil nunca foi passivo e inerte de lutar pela democracia e pelos direitos educacionais. No contexto internacional (o levante de maio na França) e nacional de 1968, com o movimento estudantil “a todo o vapor”, os estudantes da UFSC não ficaram de lado: também agiram, também lutavam por seus direitos, e mais de uma vez como na prisão de colegas no XXX Congresso da UNE ou na luta por um preço justo do Restaurante Universitário.

Ademais, o período demonstra como a memória coletiva através de monumentos constitui-se como lugares de disputa de memória. A Novembrada agiu de maneira a preservar a memória dos estudantes que se colocaram contra a ditadura civil-militar dentro de Florianópolis e dentro da UFSC.

Por conseguinte, observa-se que dentre as políticas governamentais da ditadura civil-militar brasileira, a educação figurou como elemento crucial para modificar e redesenhar a sociedade através de instrumentos coercitivos, silenciadores e doutrinadores que se embasavam não apenas na força e poder físico, como também na (des)doutrinação ideológica (comunismo e capitalismo) de jovens estudantes e professores.

Referências bibliográficas

- Bistrot, L. S. (2010). O Centro de Ciências da Saúde e suas histórias. Em R. Neckel y A. D. C. Kuchler (Orgs.), *UFSC 50 Anos: Trajetórias e Desafios* (pp. 171-189). Florianópolis: UFSC.
- Lambranhó, L. (2014). Catarinenses presos no Congresso de Ibiúna em 1968. *Notícias doía*. Florianópolis. Disponível em <http://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/155299-catarinenses-presos-no-congresso-de-ibiuna-em-1968.html>
- Martins, C. B. (2009). A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. *Educação & sociedade*, 30(106), 15-35.
- Patto As Motta, R. (2015). As políticas universitárias das ditaduras militares do Brasil, da Argentina e do Chile. Em R. Patto As Motta (Org.), *Ditaduras militares: Brasil, Argentina, Chile e Uruguai*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

- Quinalha, R. H. (2013). *Justiça de transição: contornos do conceito*. São Paulo: Outras expressões; Dobra Editorial.
- Rodrigues, I. (2010). A UFSC na década de 1960: outras histórias. Em R. Neckel y A. D. C. Kuchler (Orgs.), *UFSC 50 Anos: Trajetórias e Desafios* (pp. 17-35). Florianópolis: UFSC.
- Weichert, M. (2013). A Comissão Nacional da Verdade. *Núcleo de Preservação da Memória Política*. Disponível em: <http://www.nucleomemoria.org.br/imagens/banco/files/>